



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**CENTRAL DE MEDICAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS, IP**

**ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO**

**Concurso Limitado CR58A0001241/CL/02 /OE/RVM/26**

Contratação de uma empresa para o fornecimento de combustível e lubrificantes para abastecimento de viaturas e geradores dos escritórios Centrais e Armazéns Centrais do Zimpeto e Machava.

1. A Central de Medicamentos e Artigos Médicos, IP (CMAM, IP), convida todos os concorrentes elegíveis a apresentarem propostas fechadas para o fornecimento de combustível e lubrificantes para abastecimento de viaturas e geradores dos escritórios Centrais e Armazéns Centrais do Zimpeto e Machava.

2. Os concorrentes interessados poderão obter informações adicionais e examinar os documentos do concurso a partir do dia 17 de Fevereiro de 2026, das 7H:30 às 15H:30, no seguinte endereço:

Central de Medicamentos e Artigos Médicos, IP  
Av. de Moçambique, nº 847, EN1, Zimpeto  
Tel.: +258 21-304697 - Fax.: +258 21-304696  
Maputo-Moçambique

3. O Caderno de Encargos em língua portuguesa, pode ser adquirido pelos concorrentes interessados, no endereço indicado no número 2, pelo valor não reembolsável de 1.000,00MT (Mil Meticais). O pagamento será feito exclusivamente por depósito ou por transferência bancária para as seguintes contas:

CMAM MISAU POOLING F  
Banco: Millennium Bim Conta nº: MZM 54620507 ou NIB: 000100000005462050757  
Swift Code: BIMOMZMXXXX  
Balcão: 25 de Setembro nº 1800  
Maputo-Moçambique

5. As propostas de fornecimento deverão ser entregues à CMAM, IP. até as **10h (hora local)**, do dia 03 de Março de 2026 e serão abertas na presença dos representantes dos concorrentes

que queiram participar no acto de abertura que será no endereço indicado no número 2, às 10:15h, do dia 03 de Março de 2026. As propostas que forem entregues após o dia e hora indicados serão rejeitadas.

6. O concurso será regido pelo regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado aprovado pelo Decreto nº 79/2022 de 30 de Dezembro.

A Entidade Contratante  
Ilegível